

Notas frias incriminam José Geraldo

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento tem em mãos documentos que, segundo seus integrantes, podem levar à cassação do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) por crime fiscal. Informações obtidas junto à Receita Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU) apontam que três entidades beneficentes que funcionam na sede da Engesolo, em Belo Horizonte, apresentaram à Receita uma série de notas frias no valor total de US\$ 264 mil para a execução de vídeos junto à empresa Sempre Vídeo.

Segundo o TCU e a Receita, José Geraldo fez um único vídeo, no valor de US\$ 10 mil, para a sua campanha em 1990. Os auditores do TCU localizaram o autor do vídeo e ele informou aos técnicos que o serviço prestado foi somente este, embora as sociedades beneficentes Caldas da Rainha, Porto Velho e Pampulha tenham emitido notas que chegam a US\$ 264 mil, a título de recibos de vídeos institucionais.

As três entidades podem ter seu registro cancelado, pois a execução de vídeos não atende às finalidades de uma instituição de assistência social.

José Geraldo será ouvido pela CPI amanhã. Além das notas frias, ele deverá responder diversas perguntas sobre seu patrimônio e movimentação bancária. Os integrantes da CPI descobriram que o parlamentar sofisticou suas declarações de renda nos últimos quatro anos. A cada ano, ele criava uma nova empresa e desativava outra. A última declaração, de 1992, apresenta a holding RML como controladora da maior parte de seu patrimônio. Apesar de uma vasta declaração de renda, um cruzamento superficial dos trabalhos da subcomissão de patrimônio com a de bancos mostra que tudo que ele tem está muito abaixo da sua movimentação bancária. A subcomissão de bancos deve concluir hoje a análise das contas bancárias do deputado.